



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas

Bárbara Coelho de Souza

O sujeito (n)a cidade

Brasília

Outubro 2016

Bárbara Coelho de Souza

O sujeito (n)a cidade

Artigo apresentado à Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos para conclusão do curso de Letras Português e respectiva literatura.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fabricia Wallace Rodrigues

Brasília
Outubro 2016

Sumário

[Introdução](#)

[A construção objetiva da cidade](#)

[A construção subjetiva da cidade](#)

[O sujeito na cidade](#)

[Conclusão](#)

[Referências](#)

[Anexos](#)

Introdução

A relação entre sujeito e cidade associa-se, de certa forma, à relação entre memória individual e memória coletiva. A construção da cidade é feita por meio das pessoas que a habitam e que, dessa forma, compõem a sua especificidade. A palavra construir implica, na arquitetura, o sentido de erguer, edificar algum monumento e a construção é o processo, é o adquirir conhecimento. À medida que se compreende o mundo, compreende-se, também, a si próprio e a construção, então, é a própria travessia.

Jacques Derrida, em sua filosofia, propõe a desconstrução como forma de compreensão. Esta desconstrução é, de fato, o descobrimento do texto em todas as suas instâncias, o que seria alcançado através de um desarticulação do próprio texto. A linguagem adquiriu força para romper conceitos formais acerca da representação. (DORFMAN, 2014). Em seu livro *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*, Derrida inaugura o que será o marco de sua filosofia: o desconstrutivismo. Deslocando o conceito do desconstrutivismo para a arquitetura, esta deve promover o resgate ao ser humano e a construção deve ser uma forma de perceber o sujeito e seu papel na cidade; dessa forma, “a arquitetura não é uma técnica a serviço do pensamento, tampouco uma representação desse pensamento, e sim uma possibilidade desse próprio pensamento” (DORFMAN, 2014, p. 144). Segundo a autora, ainda, “O pensamento de Derrida funda-se no humano e na aceitação dos limites” (DORFMAN, 2014, p. 12). O desconstruir é refutar a ideia de conceitos binários, de verdades absolutas e excludentes.

Brasília, cidade planejada e modernista, se moldou junto a seus habitantes, que acompanharam – e ainda acompanham - o seu crescimento. A cidade demorou até que se

tornasse de fato um lar para muitos candangos que transformaram o projeto em cidade, seja por meio da construção, seja da ocupação.

A capital do Brasil é uma cidade de retalhos, construída de memórias independentes de sujeitos vindos de realidades que nada tinham em comum. A cidade se tornou a memória em comum de uma massa heterogênea. Esta, também, foi o berço da modernização, desde sua concepção até sua concretização, abrigando diversas culturas em um só lugar e, apesar de não ser centro industrial como outras grandes cidades brasileiras, foi – e ainda é – lugar de destino de quem procurava melhores condições para viver.

Baudelaire, em *Sobre a modernidade*, discorre sobre a postura do *flâneur*, o errante da contemporaneidade. Segundo o autor, “a multidão é seu universo, como o ar é o dos pássaros, como a água, o dos peixes [...]. Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre” (BAUDELAIRE, 1996, p. 20).

O presente trabalho visa aprofundar a ligação entre sujeito e cidade: o pertencimento. Este, ainda, divide-se entre o pensamento arquitetônico da construção da cidade, presente no item a seguir, e o pensamento literário do contexto da cidade, no segundo item, para, ao final, propor o debate do sujeito e seu lugar (ou não-lugar) na cidade, o “estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre”, tendo como cidade analisada a projetada Brasília. A partir disso pensar também a fragmentação que acompanha a cidade desde a sua fundação, sendo esta uma fragmentação territorial e conceitual. Como se identifica o sujeito à margem da cidade?

A fundamentação presente neste artigo visa, também, acompanhar o projeto literário que aparece anexo. A divagação da escrita que reflete e vive a cidade, que enxerga o que há além da vista, que sente, não só o que vive, mas também o que pensa, é exercitada por mim na obra *O eu que habito*, que une textos à fotografias, buscando a compreensão e a vivência desta. Dividido em oito excertos, denominados a partir de sensações e percepções pessoais, o livro retoma a travessia, a passagem pelas ruas e espaços que constroem a vivência da cidade, por meio de uma jovem moradora da cidade que, aos poucos, percebe as possibilidades que existem fora do Plano Piloto.

A construção objetiva da cidade

Brasília foi cidade construída com um propósito: ser a capital do país. Para concretizar este sonho, um arquiteto – Oscar Niemeyer – foi convocado e, em seguida, foi promovido um concurso para que se elegeesse o projeto urbanístico adequado à capital. O concurso contou com vinte e seis candidatos e o projeto vencedor foi o único a “trazer uma concepção da cidade em todas as suas dimensões, apoiada em um ideal urbano humanista e poético” (IPHAN, 2014). Lucio Costa, ao idealizar a nova capital, aplicou em seu projeto não só as técnicas urbanísticas, mas propôs também utopia, poesia e humanismo na cidade (IPHAN, 2014). O plano piloto foi feito para ser habitado; há, por exemplo, a obrigação dos pilotis, que favorecem a livre circulação de pessoas, o espaço verde em torno das superquadras, as quadras comerciais que se encontram entre duas superquadras e suprem as necessidades dos moradores vizinhos etc.

A cidade é a mais precisa materialização do que é proposto na Carta de Atenas de 1933¹, o conceito de urbanismo modernista defende que a cidade seja, antes de tudo, funcional. O documento analisa e repensa as cidades após a revolução industrial, propondo, por exemplo, a setorização dos espaços, de forma a reduzir a densidade da cidade. A criação de uma cidade para os moradores com espaços livres e verdes e a tomada do espaço público pela população são, também, resultados do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933, sediado em Atenas. O Plano Piloto de Brasília é a concretização dos ideais propostos por esse manifesto. Juscelino Kubitschek, ao escrever sobre a nova capital, em *Por que construí Brasília?* explicou que:

[...] Brasília não seria um centro urbano nos padrões convencionais, mas uma realização diferente. Seria uma cidade vazada numa concepção nova, quer no que dizia respeito às intenções que nortearam sua localização, quer em relação ao significado socioeconômico que deveria refletir-se no contexto urbanístico que lhe comporia a imagem (2000, p. 62).

A narradora de *O eu que habito* retoma suas vivências e suas percepções desse Plano Piloto acolhedor por meio de um recorte em seu diário, desenvolvendo um censo crítico em relação ao que se passa dentro e fora do “avião”. No trecho a seguir, retirado do fragmento *O*

¹ A Carta de Atenas foi o manifesto urbanístico redigido pelo arquiteto Le Corbusier como produto do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1933, na cidade de Atenas, que contou com dez edições, e tinha como meta discutir uma nova forma de fazer arquitetura e direcionava as cidades para um modelo funcional, minimalista e racional de estrutura.

despropósito, é possível perceber a confluência entre o sujeito e a cidade, e a sensações que esta causa na narradora:

“A gente carrega na gente um pouco do lugar de onde viemos. Carregamos características da cidade e as levamos pro mundo. Uma relação que é paradoxal, já que a cidade é feita da gente. Me perco com facilidade, em espaços físicos e nos espaços ocupados da minha consciência. Me perco pelos caminhos porque, antes de tudo, já me perdi em mim? Tomo rumos não planejados, me sinto acolhida pelo desconhecido. O que vem de mim? O que é meu é só meu e de mais ninguém? A cidade reflete uma nova versão de mim a cada novo caminho” (SOUZA, 2016, p. 49)

A construção da cidade remete ao candango. Mais de quarenta mil operários e sessenta e quatro mil moradores já ocupavam o Distrito Federal antes que a cidade estivesse pronta. Mantiveram-se em acampamentos e foram se acomodando no que hoje são as regiões administrativas. A divisão social do espaço na cidade, no entanto, segregou a população que, de fato, ergueu a cidade desde os primórdios de sua implantação.

Marília Peluso de Oliveira escreveu o texto *Contradições e Conflitos no Espaço de Classes: Centro x Periferia* e considerou que Brasília, construída para ser uma cidade nova e diferente, terminou por apresentar uma divisão do espaço social semelhante ao de todas as cidades brasileiras, organizada segundo o modelo centro-periferia (OLIVEIRA In PAVIANI, 1987, p. 16).

A construção, nesse caso, mostra um afastamento do sujeito construtor à obra construída. A cidade, apesar de apresentar o projeto bucólico de cidade-parque, distancia memórias candangas do centro. Segundo Lúcio Castelo Branco:

“[...] para a maioria, corresponde, desde a fase de construção, à favelização e à marginalização. O processo de favelização dos operários construtores de Brasília antecipava precocemente a segregação e a concentração dos mesmos em cidade-satélites, situadas na periferia” (BRANCO In: PAVIANI, 1987, p. 31).

A fragmentação da cidade em diversas outras cidades abrigou e construiu memórias independentes. Memórias de quem construiu um espaço sem identificação enquanto, simultaneamente, construía seu próprio espaço, e sua própria história. O nascimento de Brasília é repleto de construção, mas precisa, ainda, de uma desconstrução do espaço e das formas de habitá-lo. Tal desconstrução não significa uma destruição, mas sim uma abertura do

pensamento. A construção da cidade, enquanto obra material, enquanto patrimônio da humanidade, deve ser repensada e a arquitetura deve ser uma forma deste pensamento, a fim de agregar, e não segregar. O Plano Piloto foi pensado para abrigar, para ser lar, mas, enquanto isso, as regiões periféricas do Distrito não foram pensadas amparar. Foram invasões, assentamentos, e todo o tipo de construção “provisória”. Estas construções criam e transformam o que é, de fato, cidade.

A construção subjetiva da cidade

A cidade faz parte da construção da memória do sujeito. Maurice Halbwachs, em *A memória coletiva*, disserta sobre a memória individual ser construída a partir de uma memória coletiva, visto que o sujeito sempre carrega uma bagagem – cultural, emocional e intelectual. Segundo o autor, ainda, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (1990, p. 34).

Em *Espelho das cidades*, de Henri-Pierre Jeudy, a concepção de que a memória e as lembranças da cidade se modificam a partir do ponto de vista do presente em relação a um fato passado é explicitada em:

O retorno de memórias se parecem mais com circunvoluções, graças às quais as visões do tempo presente se misturam com as imagens do passado. Para dizer a verdade, isto não se deve a uma escolha do cidadão ou do passeador, a própria cidade impõe ao olhar a visão incerta de suas transformações, opondo-se à vontade de se reencontrar o que já foi (2005, p. 88).

A cidade é constituída como um “símbolo capaz de exprimir ‘a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado das existências humanas’” (GOMES, 2008, p. 18). Na literatura, diversos são os autores que exploram a vivência e a experiência na cidade. Italo Calvino, em *Cidades invisíveis*, narra as aventuras de Marco Polo ao atravessar cinquenta e cinco cidades, que são subdivididas em onze grupos. Na narração destas cidades, Calvino caracteriza-as no que as une, no que as torna comum, no que as assemelha. Ainda assim, há algo na percepção destas cidades que as tornam únicas. Calvino, ainda, ao discorrer sobre a sua obra, descreve duas estradas que sua escrita percorre:

[...] uma que se move no espaço mental de uma racionalidade desincorporada, em que se podem traçar linhas que conjugam pontos,

projeções, formas abstratas, vetores de forças; outra que se move num espaço repleto de objetos e busca criar um equivalente verbal daquele espaço enchendo a página com palavras, *num esforço de adequação minuciosa do escrito com o não-escrito, da totalidade do dizível com o não-dizível*. (1990, p. 88, *grifo meu*).

Dessa forma, percebe-se a construção do imaginário da cidade por meio da percepção e construção do texto. Um texto sobre a cidade não é só o que se vê da cidade, é a conjuntura de todas as percepções sensoriais e estéticas do indivíduo minuciosamente escolhidas, de forma a transmitir a sua leitura não só da cidade, mas também de si mesmo.

A cidade, na literatura, adquiriu nova importância com o surgimento da multidão. As mudanças sociais e econômicas que permitiram a aglomeração de pessoas, ganharam diversas perspectivas perante diferentes autores. Maria Stella Martins Bresciani, em seu texto *Literatura e cidade*, aborda a perspectiva da multidão sob o ponto de vista de autores como Charles Baudelaire, William Wordsworth e Walter Benjamin etc. A autora demonstra a posição deste último em relação à multidão, escrevendo que “a multidão era o tema da escrita literária e como contrapartida constituía também o público consumidor do romance. [...] A multidão ganhava uma face, ou melhor, a escrita literária descortinava suas múltiplas faces para o leitor: ele se reconhecia na trama romanesca” (BRESCIANI In CARDOSO et al., 2015, p. 64). Para a elaboração da obra *O eu que habito*, muitos textos literários envolvendo a cidade-objeto desse estudo – Brasília –, foram lidos e usados como referência para compor a especificidade do olhar da narradora, o texto feito por Clarice Lispector sobre a cidade permeia os textos, como em “Clarice, em uma visita à Brasília, disse que a cidade foi construída na linha do horizonte. Acho que essa é uma das minhas definições favoritas da cidade. Em cada canto, há possibilidades. Sempre há o horizonte”. Há, também, referências a autores como Osman Lins e Milton Hatoum, presente no texto de abertura do livro:

Gosto bastante de um livro do Milton Hatoum, que possui um trecho gravado – no papel e em mim: “Uma cidade não é a mesma cidade se vista de longe, da água: não é sequer cidade: falta-lhe perspectiva, profundidade, traçado, e sobretudo presença humana, o espaço vivo da cidade” que, sempre me faz pensar a respeito da construção.

Em Brasília, no entanto, a multidão só existe para determinado grupo de pessoas. Segundo Jeudy, “a ‘densidade própria’ da cidade passou a ser apreendida a partir de sua expansão periférica” (2005, p. 90). A multidão está aglomerada precisamente nas redondezas da rodoviária da cidade, local que dá acesso à sua “expansão periférica”. Através desse local,

é possível chegar a todas as regiões administrativas do Distrito Federal. E, a partir daí, as memórias construídas pelo sujeito têm cada vez menos aproximação com a memória do Plano Piloto que, de certa forma, se mostra mais homogênea. O capítulo denominado *O despropósito* do livro discorre sobre o emaranhado humano, sobre o que foge ao controle, sobre o que não foi planejado. Nele, há textos que divagam sobre a expansão periférica, sobre a relação centro/periferia, como: “A imagem das cidades não converge. Brasília e Ceilândia abrigam dois mundos distintos. A arquitetura de ambas as cidades demonstra isso. Seus moradores. Suas raízes”, que pensa a relação entre as mencionadas cidades a partir de um poema de Carlos Drummond de Andrade.

Entre os aspectos que constroem o imaginário da cidade, a fotografia se faz essencial na representação da especificidade do olhar do sujeito que vive, que passeia, que presencia o movimento urbano. Jeudy discorre sobre o tema em sua interseção com a massa heterogênea que forma os centros urbanos, em

“Os fotógrafos procuram na maioria das vezes, ao menos em nossa época, fazer falar o que a cidade parece esconder. [...] Captam imagens parecidas com ‘montagens naturais’, que associam ‘fragmentos de realidade’ a fim de provocar e manter uma sensibilidade própria das aparições insólitas” (2005, p. 82).

Roland Barthes, em *A câmara clara*, trata do elemento único e intransferível da fotografia, “essa fatalidade (não há foto sem *alguma coisa* ou *alguém*) leva a Fotografia para a imensa desordem dos objetos – de todos os objetos do mundo: por que escolher (fotografar) tal objeto, tal instante, em vez de tal outro?” (1984, p. 16).

O livro *O eu que habito* apresenta, em sua materialidade, a presença de narração e de fotografias que acompanham os textos e que, não obrigatoriamente, se relacionam a eles. As fotografias presentes na obra não têm função puramente estética, elas pretendem completar e ser parte da construção da cidade da narradora, sendo essa preposição um indicativo do que é “próprio de” e não do que é “de origem”. A fotografia, a narração, o questionamento, o olhar, constituem a verdade de um sujeito que se encontra na cidade, que pertence a ela, e que, também, a pertence.

O sujeito na cidade

A percepção e a construção subjetiva da cidade são, também, a construção do próprio sujeito. O viandante, o *flâneur*, que faz da cidade a sua casa. Um sujeito que, por meio da sua singularidade, consegue captar a beleza escondida do espaço e da vida humana.

A cidade constitui parte do que se é. A paisagem pela qual se percorre, o que se vê, o que se vive em cada região molda, em parte, o ser. Barthes, em *Roland Barthes por Roland Barthes* reflete sobre a posição de eu em meio ao ambiente: “estou catalogado, adstrito a um local (intelectual), a uma residência de casta (senão de classe)” (1975, p. 59).

A descoberta da cidade não pode ser totalizada, assim como a descoberta de si. A vivência da cidade é determinada e determinante das memórias construídas pelo sujeito. O que se vê na margem da cidade não é o que se vê no centro. A cidade-parque, bucólica e planejada, não representa a invasão, não representa um lixão na margem da cidade. A intenção estética é modificada. Assim, o retrato da cidade é recortado de acordo com o que se vive e se sente na cidade. Brasília foi projetada, foi pensada e idealizada, mas só para parte de sua população. O real, o que se percebe da cidade, da obra criada, meio século após sua construção é a tomada do espaço pelos candangos, seus filhos e netos, o que surpreendeu até mesmo Lucio Costa, o criador, que declarou:

Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades satélites improvisadas da periferia.

É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contacto com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade-satélite e ficam ali, bebericando (IPHAN, 2014).

A cidade só vive porque há vida na cidade. Em Brasília, o movimento urbano pouco se concentra no Plano Piloto, ele vem de fora, do periférico, do labirinto não idealizado que é o entorno. Paola Berenstein Jacques, em *Estética da ginga*, divide seu estudo sobre a favela em três momentos: fragmento, labirinto e rizoma, e, ao refletir sobre o conceito de labirinto na cidade, retoma a postura do *flâneur*, o homem que vaga pela cidade, embebido por uma espécie de embriaguez de sensibilidade. Para Jacques, “o labirinto está, ao mesmo tempo, no

interior e no exterior; a dicotomia entre essas duas noções espaciais não funciona mais” (JACQUES, 2011, p. 93).

Para Santo Agostinho, todo conhecimento adquirido é um conhecimento de si. E, dessa forma, o olhar que se coloca nas coisas imateriais desloca a alma entre a memória que se tem do passado e a memória que se tem do presente. O que Ricoeur se propõe a pensar a respeito da memória, é no não-lugar da memória de alguns, em detrimento de um discurso que sobrepõe a memória de outros. A arquitetura e a construção de Brasília se colocam como exemplo de seleção de discursos e de memórias, visto que quem a construiu pouco participa de sua história, ou da ideologia de sua concepção.

A cidade é construída por um conjunto de sujeitos e estes sujeitos, quando deslocados do todo, representam um fragmento da cidade. Um pedaço constituinte da realidade e da percepção dela. Jacques, ainda, discorre sobre a composição das favelas no Brasil e sua estética consolidada e irrevogável. Ao tratar do fragmento, sendo esta concepção associada ao sujeito e sua moradia, seu abrigo, Jacques discorre sobre a relação interna do fragmento com ele mesmo, mostrando que:

[...] não faz parte do que podemos ver, e acontece fora de toda ligação com o exterior. Ou seja, o Fragmento constitui um mundo à parte, um sistema autônomo, difícil de ser captado, mas não totalmente fechado em si: o que o cerca é transponível, porque inacabado. Um paradoxo (JACQUES, 2011, p. 50).

Se considerarmos o sujeito como fragmento da cidade, e a favela como um autônomo fragmento, observamos que o sujeito em sua residência, em seu habitat de conforto, é o fragmento do fragmento. A construção de um espaço único e próprio do sujeito, na favela, pode ser comparada à construção do próprio sujeito, enquanto personagem da sua própria história. Sobre isso, Jacques escreve:

Nunca há projeto preliminar para a construção de um barraco. Os materiais recolhidos e reagrupados são o ponto de partida da construção, que vai depender diretamente do acaso dos achados, da descoberta de sobras interessantes. Os materiais são encontrados em fragmentos heterogêneos; a construção, feita com pedaços encontrados aqui e ali, é forçosamente fragmentada no aspecto formal (2011, p. 27).

O processo de construção do externo confunde-se com o processo de construção do que é interno. A memória se constrói em fragmentos que reúnem as peculiaridades que tornam cada sujeito o que ele é.

Conclusão

A cidade não pode ser compreendida em sua totalidade, seja por meio do estudo arquitetônico ou por meio do estudo literário. Buscar e construir memórias na cidade apresenta, de forma geral, a exclusão de algo, ou alguém. E essa exclusão é o que, de fato, cria a identificação do sujeito, tão único e individual, com o coletivo, com a massa urbana que é a cidade. A cidade, no entanto, ao fazer esse recorte, ao escolher memórias e discursos que a dominam, fragmenta o convívio, o pertencimento, o sujeito que não é parte. O fragmento e a construção são partes constantes da cidade, que se reiventam e precisam ser reiventadas pelos sujeitos que a compõem. Os sujeitos que deveriam ter um papel ativo nessa construção e que, de certa forma, tem, quando se trata da construção arquitetônica e braçal, não possuem lugar na memória, na construção do imaginário desta.

Referências

BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Tradução de Jorge Constante Pereira e Isabel Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1975.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Coleção Leitura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BRANCO, Lúcio Castelo. Brasília: do centro à periferia ou uma viagem redonda. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Urbanização e metropolização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Literatura e cidade. In: CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloisa Petti; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). *Arte e cidades: imagens, discursos e representações*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2015.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DORFMAN, Beatriz Regina. *Arquitetura e a diferença: uma leitura da desconstrução*. Rio Grande do SUL: EdPUCRS, 2014.

GOMES, Renato Cordesso. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. ed. ampl. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura através da obra de Hélio Oiticica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Por que construí Brasília?* Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, Marília Luíza Peluso de. *Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia*. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Urbanização e metropolização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

PAVIANI, Aldo. Apresentação. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Urbanização e metropolização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

Relatório do Plano Piloto de Brasília / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). REIS, Carlos Madson; VASQUES, Claudia Marina; RIBEIRO, Sandra Bernardes (Orgs.). Brasília, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SOUZA, Bárbara Coelho. *O eu que habito*. Brasília, 2016.

Anexos